

## Desempenho fiscal do Governo Federal em julho de 2025

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- As contas do Governo Central, formado pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, registraram um déficit primário de R\$ 59,1 bilhões em julho deste ano, superando a mediana das expectativas da pesquisa Prisma do Ministério da Fazenda, que projetava um déficit menor, de R\$ 49 bilhões. Esses dados constam do Boletim Resultado do Tesouro Nacional, relativo a julho, publicado ao final de agosto último, onde consta, ainda, que no acumulado do primeiro semestre deste ano, o déficit do Governo alcançou R\$ 70,3 bilhões, menor do que o registrado no mesmo período de 2024 (R\$ 76,2 bilhões).
- Um dos fatores que explicam esse déficit de julho está relacionado com a concentração no pagamento de despesas judiciais, que somaram R\$ 35,6 bilhões, o que ampliou os gastos com benefícios previdenciários, crescimento real de R\$ 20,7 bilhões, pessoal e encargos sociais, que aumentaram R\$ 6,9 bilhões e benefícios de prestação continuada, cujos gastos se expandiram em R\$ 1,1 bilhão. A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 42,7 bilhões, enquanto o Tesouro Nacional e o Banco Central também apresentaram resultado negativo, cujos déficits somados alcançaram R\$ 16,4 bilhões.
- O relatório do Tesouro informa que a receita líquida do governo apresentou crescimento real de 3,9% em julho, impulsionada por aumentos de 5,8% nas Receitas Administradas pela Receita Federal, de 3,1% na Arrecadação Líquida para o RGPS e 0,3% nas Receitas não Administradas. Entre os tributos, os destaques foram o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica-IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL, cuja arrecadação de ambos foi favorecida pelo bom desempenho do lucro presumido e pagamentos extraordinários por instituições financeiras. Por outro lado, a arrecadação do IPI alcançou R\$ 7,1 bilhões em julho de 2025, com uma queda real de 24,9%, atribuída à redução na produção industrial, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado de janeiro a julho deste ano, a receita líquida do Governo Central cresceu 3,0%, em termos reais, com um adicional de R\$ 39,8 bilhões aos cofres públicos, frente ao acumulado em janeiro-julho de 2024.
- Sobre o comportamento das despesas em julho de 2025, o relatório mostra que ocorreu um aumento real de 28,3% das despesas totais, na comparação com o mesmo período de 2024. Esse acréscimo está relacionado, principalmente, aos pagamentos de benefícios previdenciários, com crescimento real de R\$ 20,7 bilhões (26,8%), e às despesas com pessoal e encargos sociais, que aumentaram R\$ 6,9 bilhões (17,9%). Para compensar essa expansão, ocorreu uma redução nos créditos extraordinários e despesas discricionárias do Poder Executivo, que caíram, conjuntamente, R\$ 6,3 bilhões em julho, em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão da ausência de novos eventos excepcionais como os registrados em 2024, e redução dos gastos nas funções Saúde, Educação e Demais. No acumulado de janeiro a julho de 2025, as despesas totais apresentaram um aumento real de R\$ 28,5 bilhões (2,0%) em relação ao mesmo período de 2024.
- Para este ano, a meta é um resultado primário neutro (0% do PIB), mas permitindo uma variação de 0,25%, para mais ou para menos, conforme estabelecido no arcabouço fiscal. Ou seja, o limite seria um déficit de até R\$ 31 bilhões. Convém ressaltar que, para fins de cumprimento dessa meta, são excluídos os R\$ 44,1 bilhões, relativos aos pagamentos de precatórios. Para 2025, a Lei Orçamentária Anual (LOA) projetou déficit primário do governo central de cerca de R\$ 29 bilhões, excluídos os pagamentos de precatórios que excedem o limite estabelecido na Emenda Constitucional (EC) nº 114/2021. Para o médio prazo, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 definiu uma meta de resultado primário para o Governo Central de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026, aumentando gradualmente nos anos seguintes até atingir 1,25% do PIB em 2029 – patamar que seria

mantido até 2035. No acumulado até julho deste ano, o déficit do Governo Central já chega a R\$ 70,3 bilhões, ligeiramente abaixo do observado no mesmo período do ano passado (R\$ 76,2 bilhões), sinalizando, portanto, um esforço governamental para o cumprimento dessa meta.

- No acumulado dos sete primeiros meses de 2025, as contas do setor público consolidado registraram um déficit primário de R\$ 44,5 bilhões, o equivalente a 0,61% do produto interno bruto (PIB), significando uma melhora na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foi registrado um saldo negativo de R\$ 64,8 bilhões (0,97% do PIB). O Governo Central influenciou bastante esse resultado, com um déficit de R\$ 68,7 bilhões (0,95%), enquanto os governos estaduais e municipais apresentaram resultado primário positivo nesse período. Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta, no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, observa-se um déficit de R\$ 175,6 bilhões nas contas do setor público em julho e de R\$ 968,5, ou 7,86% do PIB, no acumulado em doze meses até julho. Este último número é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco para definição da nota de crédito dos países, constituindo-se em indicador relevante para avaliação dos investidores estrangeiros. Com esse desempenho fiscal, a dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 77,6% do PIB, R\$ 9,6 trilhões, em julho de 2025, aumentando 1,0 p.p. em relação ao mês anterior.

**Comentário:** As contas do Governo Central, formado pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, registraram um déficit primário de R\$ 59,1 bilhões em julho deste ano. A principal explicação para esse déficit está relacionada com a concentração, nesse mês de julho, do pagamento de despesas judiciais, que somaram R\$ 35,6 bilhões, o que ampliou os gastos com benefícios previdenciários, pessoal e encargos sociais e benefícios de prestação continuada. No acumulado dos sete primeiros meses de 2025, as contas do setor público consolidado registraram um déficit primário de R\$ 44,5 bilhões, o equivalente a 0,61% do produto interno bruto (PIB), significando uma melhora na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foi registrado um saldo negativo de R\$ 64,8 bilhões (0,97% do PIB). A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 77,6% do PIB, R\$ 9,6 trilhões, em julho de 2025, aumentando 1,0 p.p. em relação ao mês anterior.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro-Julho de 2025 (Milhões correntes)

Discriminação	Jan-Julho		Variação (2025/2024)		Julho		Variação (2025/2024)	
	2024	2025	% Nominal	% Real (IPCA)	2024	2025	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	1.531.263	1.667.634	8,9%	3,5%	221.810	243.999	10,0%	4,5%
2. Transf. Por repartição de receita	294.913	327.867	11,2%	5,7%	37.854	42.808	13,1%	7,5%
3. Receita Líquida	1.236.350	1.339.767	8,4%	3,0%	183.956	201.191	9,4%	3,9%
4. Despesa Total	1.312.591	1.410.037	7,4%	2,0%	192.824	260.315	35,0%	28,3%
<b>5. Resultado Primário Gov. Central (3-4)</b>	<b>-76.240</b>	<b>-70.270</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-14,1%</b>	<b>-8.868</b>	<b>-59.124</b>	<b>566,7%</b>	<b>533,6%</b>
Tesouro Nacional	145.034	176.447	21,7%	16,1%	13.916	-16.130	-	-
Banco Central	-596	-379	-36,4%	-39,8%	-327	-310	-5,3%	-10,0%
Previdência Social (RGPS)	-220.678	-246.339	11,6%	6,0%	-22.456	-42.684	90,1%	80,6%
6. Resultado Primário/PIB	-1,14%	-0,97%	-	-	-0,88%	-5,48%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2 - Receitas primárias do Governo Central - Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Julho-2024/2025 - Valores a preços de julho/25 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Julho		Variação	
	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)
<b>RECEITA TOTAL</b>	233.400,00	243.998,90	10.598,90	4,50%
<b>Receita Administrada pela RFB</b>	151.939,40	160.807,30	8.867,90	5,80%
Imposto de Importação	7.002,60	7.506,60	503,9	7,20%
IPI	9.393,20	7.050,30	-2.342,90	-24,90%
Imposto sobre a Renda	68.439,40	73.253,50	4.814,10	7,00%
IOF	5.621,40	6.502,50	881,1	15,70%
COFINS	28.136,30	31.962,70	3.826,40	13,60%
PIS/PASEP	10.020,10	9.020,60	-999,5	-10,00%
CSLL	19.934,50	21.348,50	1.414,10	7,10%
CIDE Combustíveis	684,2	258,6	-425,7	-62,20%
Outras Receitas Administradas pela RFB	2.707,60	3.904,00	1.196,40	44,20%
Incentivos Fiscais	0	0	0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	53.580,30	55.214,80	1.634,50	3,10%
<b>Receitas Não Administradas pela RFB</b>	27.880,20	27.976,80	96,6	0,30%
Concessões e Permissões	496,1	498	1,9	0,40%
Dividendos e Participações	0	0,1	0,1	-
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.480,80	1.559,40	78,6	5,30%
Exploração de Recursos Naturais	16.781,60	16.386,60	-394,9	-2,40%
Receitas Próprias e de Convênios	2.106,30	2.099,90	-6,4	-0,30%
Contribuição do Salário Educação	2.734,50	2.694,00	-40,5	-1,50%
Demais Receitas	4.270,90	4.738,80	467,9	11,00%
<b>TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	39.831,80	42.808,20	2.976,50	7,50%
<b>RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	193.568,20	201.190,70	7.622,50	3,90%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 3 - Despesas primárias do Governo Central - Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Julho-2024/2025 - Valores a preços de julho/25 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	JULHO		Variação	
	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)
<b>DESPESA TOTAL</b>	202.899,20	260.315,10	57.415,90	28,30%
<b>Benefícios Previdenciários</b>	77.210,00	97.899,00	20.689,00	26,80%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.179,20	20.951,30	18.772,10	861,40%
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	38.516,60	45.419,70	6.903,00	17,90%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	227,3	5.900,10	5.672,80	-
<b>Outras Despesas Obrigatórias</b>	32.233,80	68.104,60	35.870,80	111,30%
Abono e Seguro Desemprego	9.973,90	9.340,90	-633,1	-6,30%
<b>Apoio Financeiro a Estados e Municípios</b>	0	124,5	124,5	-
<b>Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV</b>	9.883,20	10.991,50	1.108,30	11,20%
<b>Créditos Extraordinários</b>	3.349,80	1.292,70	-2.057,20	-61,40%
<b>Fundeb - Complementação da União</b>	3.667,70	4.591,70	924	25,20%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.571,70	1.753,50	181,8	11,60%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	349,5	332,1	-17,4	-5,00%
<b>Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)</b>	313	35.927,40	35.614,50	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	1.650,60	2.472,80	822,2	49,80%
Impacto Primário do FIES	128,9	169	40,1	31,10%
Demais	1.345,40	1.108,60	-236,8	-17,60%
<b>Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.</b>	54.938,80	48.891,80	-6.047,00	-11,00%
<b>Obrigatórias com Controle de Fluxo</b>	33.188,70	31.348,70	-1.840,00	-5,50%
<b>Discricionárias</b>	21.750,10	17.543,10	-4.207,00	-19,30%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Julho/2025 - R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO-JULHO				FLUXOS MENSAIS		
	2024	% do PIB	2025	% do PIB	Maior	Junho	Julho
<b>Nominal</b>	<b>599 697</b>	<b>8,97</b>	<b>570 213</b>	<b>7,86</b>	<b>922 004</b>	<b>894 388</b>	<b>968 491</b>
Governo Central(1)	557 700	8,35	534 176	7,36	833 817	802 735	877 047
Governos estaduais	19 576	0,29	24 849	0,34	53 108	57 036	59 136
Governos municipais	11 744	0,18	340	0,00	23 436	22 186	19 312
Empresas estatais(2)	10 677	0,16	10 848	0,15	11 643	12 430	12 996
<b>Juros nominais</b>	<b>534 900</b>	<b>8,00</b>	<b>525 676</b>	<b>7,24</b>	<b>946 147</b>	<b>912 313</b>	<b>941 198</b>
Governo Central(1)	478 442	7,16	465 493	6,41	850 108	815 688	842 257
Governos estaduais	49 010	0,73	52 110	0,72	83 051	83 613	85 471
Governos municipais	4 453	0,07	5 510	0,08	8 788	8 893	9 151
Empresas estatais(2)	2 995	0,04	2 563	0,04	4 200	4 119	4 320
<b>Primário</b>	<b>64 797</b>	<b>0,97</b>	<b>44 537</b>	<b>0,61</b>	<b>- 24 143</b>	<b>- 17 925</b>	<b>27 293</b>
Governo Central	79 258	1,19	68 684	0,95	- 16 291	- 12 952	34 790
Governos estaduais	-29 434	-0,44	-27 261	-0,38	- 29 943	- 26 577	- 26 335
Governos municipais	7 291	0,11	-5 170	-0,07	14 648	13 294	10 161
Empresas estatais(2)	7 681	0,11	8 285	0,11	7 443	8 311	8 676
PIB acumulado no ano*	6 682 691	-	7 258 722	-	12 173 619	12 249 861	12 320 741

Fonte: BACEN

(1) Inclui INSS.

(2) Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

\* Dados preliminares.

(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesxandro Apolinário Xavier. Jovem-aprendiz: Pedro Ícaro Borges Souza.

**Aviso Legal:** O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte